

dossiê



Retratos de família: leitura de um ensaio de Antonio Candido

Family Portraits: Lecture of an Antonio Candido's Essay

Autoria: Rodrigo Ramassote

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5272-2692>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8647285263155327>

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2023.216210>

URL do artigo: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/216210>

Recebido em: 21/09/2023. Aprovado em: 21/10/2023.

Opiniões – Revista dos Alunos de Literatura Brasileira

São Paulo, Ano 12, n. 23, jul.-dez., 2023.

E-ISSN: 2525-8133

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Website: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes>.

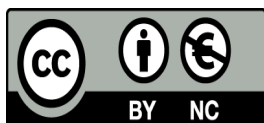
Contato: opiniaes@usp.br

 [fb.com/opiniaes](https://www.facebook.com/opiniaes)  [@revista.opiniaes](https://www.instagram.com/revista.opiniaes)

Como citar (ABNT)

RAMASSOTE, Rodrigo. Retratos de família: leitura de um ensaio de Antonio Candido. *Opiniões*, São Paulo, n. 23, pp. 16-39, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2023.216210>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/216210>.

Licença Creative Commons (CC) de atribuição (BY) não-comercial (NC)



Os licenciados têm o direito de copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes e que sejam para fins não-comerciais.

retratos de família:

leitura de um ensaio de antonio candido

Family Portraits: Lecture of an Antonio Candido's Essay

Rodrigo Ramassote¹

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2023.216210>

Resumo: Este artigo tem como objetivo mais amplo evidenciar a centralidade e as ressonâncias de “The Brazilian family”, de autoria de Antonio Candido (1918-2017), no interior de parte significativa de sua obra, seja no campo da sociologia, seja no dos estudos literários. Para tal, apresento e discuto os principais argumentos do artigo à luz da sondagem dos condicionantes familiares e sociais de Candido, do exame das injunções profissionais e acadêmicas com as quais ele se defrontou e, por fim, da possível atualidade de seu conteúdo.

Palavras-chaves: Antonio Candido; Família Patriarcal; Cássia (MG); História da Antropologia; Produção Intelectual.

Abstract: The major aim of this article is to highlight the centrality and resonance of “The Brazilian family”, authored by Antonio Candido (1918-2017), within a significant part of his work, be it in the field of sociology or literary studies. To this end, I present and discuss the main arguments of the mentioned article in the light of Candido’s probing into family and social conditions, the examination of the professional and academic injunctions with which he was faced and, finally, the possible timeliness of its content.

Keywords: Antonio Candido; Patriarchal family; Cássia (MG); History of Anthropology; Intellectual production.

¹ Rodrigo Ramassote é Pós-doutor em Antropologia Social pela USP e Técnico em Ciências Sociais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). E-mail: ramassote@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5272-2692>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8647285263155327>.

“A família representa uma experiência pessoal para todos. É impossível considerá-la como tema de pesquisa sem ser influenciado pelas impressões e pelas ideias mais íntimas de cada um. E é da mesma forma impossível escrever sobre a família sem despertar nos leitores lembranças de experiências e de problemas pessoais (MITTERAUER & SIEDER *apud* RÊGO, 2008, p. 13)

“Vivi em Cássia até os dez anos e a minha sensibilidade sofreu de maneira decisiva a marca desse canto do mundo” (CANDIDO, 2003, p. 9).

O objetivo mais amplo deste artigo é evidenciar a centralidade e as ressonâncias² de “The Brazilian family”, de autoria de Antonio Candido (1918-2017), no interior de parte significativa de sua obra no campo da sociologia e no dos estudos literários. Ao mesmo tempo, busco indicar certas afinidades e correspondências entre o conteúdo do ensaio e a experiência familiar de seu autor, espreitando a presença não apenas de concepções de fundo, como também de indicações textuais explícitas que remontam à origem e aos padrões de sociabilidade por ele vivenciados em seu grupo familiar. Por fim, destaco a possível atualidade e relevância do ensaio, à luz das discussões antropológicas mais recentes sobre a família no Brasil.

Embora pouco comentado e jamais traduzido para o português, “The Brazilian family” reveste-se de decisiva importância para parte substantiva dos escritos sociológicos de seu autor, ao cristalizar algumas preocupações recorrentes e permanentes sobre os princípios que regulam as práticas e representações da sociabilidade familiar, bem como o seu papel e lugar no processo de ocupação e povoamento do país. De igual maneira, as teses centrais do artigo também podem ser perscrutadas em suas reflexões e análise sobre obras literárias, o que indica a existência de conexões temáticas e desafios analíticos comuns que atravessam as frentes de atuação e pesquisa em que Candido se dividiu ao longo da carreira – inicialmente como professor assistente da Cadeira de Sociologia II na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP)³ e, posteriormente, como responsável pelo curso de Teoria literária e Literatura Comparada (TLLC) na mesma instituição (RAMASSOTE 2010a; 2010b).

As reflexões do presente artigo se subordinam a um conjunto de interesses mais amplo sobre a história da antropologia no Brasil em suas intersecções e

² Sigo aqui as considerações do próprio Candido a respeito da “fertilização entre textos literários”, na qual a ressonância consiste no “eco de um texto em outro”, sendo possível distinguir dois tipos: inspiração e citação. Cf. CANDIDO, 2004.

³ Entre 1942 e 1958, Candido foi primeiro professor-assistente da Cadeira de Sociologia II da FFCL-USP, participando de eventos e congressos científicos, publicando artigos acadêmicos e lecionando disciplinas na graduação do curso de Ciências Sociais da FFCL-USP. Sobre a produção sociológica de Candido, com especial ênfase em *Os Parceiros do Rio Bonito*, ver JACKSON (2002).

diálogos com áreas temáticas e disciplinas acadêmicas afins – em especial com o pensamento social brasileiro e com os estudos literários (RAMASSOTE 2013). No que segue, esmiuçarei as proposições centrais de “The Brazilian Family”, para averiguar, em seguida, seus ecos na experiência familiar do autor. Na sequência, sigo em frente sondando as reverberações do ensaio em *Os Parceiros do Rio Bonito* (1964), em “A vida familiar do caipira” (1954) e no célebre estudo literário “Dialética da malandragem” (1970). Na parte final, aponto a possível atualidade de “The Brazilian Family”, buscando valorizar de maneira produtiva seus achados principais no intuito de indicar sua influência difusa nas discussões contemporâneas sobre o tema.

uma certa família brasileira

Publicado no volume *Brazil: portrait of half a continent* (1951), organizado por T. Lynn Smith e Alexander Marchant, “The Brazilian Family”, conforme Jackson informa, foi encomendado pelos organizadores “a Fernando de Azevedo que, impossibilitado, sugeriu o nome de Antonio Candido para o substituir” (JACKSON, 2002, p. 46). Nessa altura, Candido se integrava, como primeiro professor-assistente, à Cadeira de Sociologia II, da FFCL da USP, e estava às voltas com a preparação de sua tese doutorado, que viria ser defendida em agosto de 1954 (CANDIDO, 1964).

“The Brazilian Family” se dedica ao “estudo sociológico da família brasileira”, com base na análise histórico-social das transformações de sua estrutura interna, função social e fundamentos morais entre o século XVI e a primeira metade do XX. Para tal, Candido recorre a fontes bibliográficas de ordem diversa (clássicos de nossa historiografia, autores literários, compilações de documentos primários) e, em particular, à releitura dos principais modelos analítico-interpretativos então disponíveis sobre o estudo da família patriarcal brasileira⁴.

Partindo do pressuposto de que a família patriarcal colonial “foi a base sobre a qual se desenvolve a moderna família conjugal, cujos traços só podem ser entendidos se examinarmos sua origem” (CANDIDO, 1951, p. 291), Candido principia sua análise pela consideração do perfil societário e procedência geográfica dos colonos portugueses, oriundos em sua maioria das “zonas rurais e das camadas média e baixa da sociedade” (CANDIDO, 1951, p. 292). Em consequência, eles “devem ter pertencido ao tipo mais conservador na participação cultural, e terem sido mais ligados à velha estrutura patriarcal familiar do que as camadas mais

⁴ Todas as passagens extraídas do artigo foram por mim traduzidas.

altas e as populações urbanas” (*Idem*, *ibidem*). A sua “figura clássica”, assentada na tradição cultural local e evocada em fontes literárias, é a de “um líder de grupo, truculento e autoritário, um homem de costumes rudes e possuidor de alto senso de dignidade” (CANDIDO, 1951, p. 292).

Por razões adversas (a escassez de mulheres brancas; a presença de mulheres indígenas e, pouco depois, negras, “subjugadas pela condição servil aos desejos dos conquistadores” (CANDIDO, 1951, p. 292);⁵ e, por fim, a necessidade de contrair uniões com chefias de etnias indígenas, a fim de favorecer alianças políticas), a organização familiar portuguesa típica não encontrou, inicialmente, condições favoráveis para se transplantar para o país recém-descoberto. Em seu lugar, sustenta Candido, imperou o recurso às uniões conjugais “irregulares”, de cujas relações sexuais circunstanciais e efêmeras surgiram um grande número filhos ilegítimos e mestiços, os quais, por sua vez, vieram a compor “uma camada social que provocou sérios problemas do ponto de vista do status e da acomodação sociocultural” (CANDIDO, 1951, p. 294).

Do impasse causado pela coexistência precária entre o modelo de organização familiar portuguesa e o contrafluxo de uniões irregulares, gerando numerosa prole de mestiços e bastardos, a família patriarcal assumiu no Brasil uma “estrutura dupla”: um núcleo central, composto pelo chefe de família, sua esposa e descendentes legítimos, legalizado e interessado na conservação de sua posição social e de seu patrimônio econômico; e, ao seu redor, um núcleo periférico, complexo e de difícil delimitação, formando um numeroso apêndice de indivíduos de procedência diversa e que mantinham diferentes relações com os chefes de família – parentes distantes, concubinas do chefe e seus filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, serviçais, agregados e escravos.

No núcleo legal prevaleciam a mais rígida hierarquia interna e a submissão dos demais membros à autoridade e vontade incontestes do chefe de família, cuja dominação correspondia “às necessidades da organização social de um imenso país sem política e caracterizado por uma economia que dependia da iniciativa em larga escala e do comando sobre uma numerosa força de trabalho de escravos” (CANDIDO, 1951, p. 294). Nesse quadro geral, o grupo familiar constituía o “grupo dominante no processo de socialização e integração”, marcado por uma

⁵ Em lugar de defender os efeitos da miscigenação na redução de distâncias sociais e no abrandamento do preconceito racial, como outros autores haviam assinalado, Candido assevera que “as familiaridades sexuais com mulheres não eliminavam o preconceito de cor, o qual persistia de modo acentuado no Brasil durante e após o período colonial. Este preconceito era mais social que racial e funcionava para a defesa do núcleo familiar legal e arrogante” (CANDIDO, 1951, p. 293). Prova disso, para Candido, são os percentuais irrisórios de casamentos admitidos entre indivíduos de distintas etnias “puras” em contraste com os altos índices de “filhos de sangue misturado” (CANDIDO, 1951, p. 293).

organização interna e códigos de comportamento rigidamente demarcados, por uma inflexível hierarquia de formas de tratamento e um senso estreito de honra doméstica.

Como forma de garantir a “preservação do status e dos bens econômicos numa sociedade cheia de raças misturadas e aventureiros” (CANDIDO, 1951, p. 298), mas também “se defender, prosperar e produzir”, o núcleo legal lançava mão da prática, largamente disseminada, de incentivar uniões matrimoniais dentro do mesmo grupo, instaurando vínculos de solidariedade entre parentes de vários graus. De igual maneira, recorria-se à criação de filhos de outros parentes, reforçando a ampla estrutura do sistema de parentesco sobre o qual se alicerçou as bases de nossa civilização.

Tal situação permitia a integração dos núcleos familiares a “grupos maiores”, juntos constituindo “o sistema social por excelência do Brasil patriarcal, o qual se baseava na solidariedade do parentesco” (CANDIDO, 1951, p. 298). Estabelecia-se, então, uma estrutura familiar abrangente, constituída por meio de alianças parentais e laços de compadrio, resultando na ampliação de seu raio de abrangência e ação para além das dependências das grandes propriedades territoriais e “formando um poderoso sistema de dominação econômica e política e, assim, para a aquisição e manutenção de prestígio e status” (CANDIDO, 1951, p. 298).

Longe da proteção e do amparo conferidos pela família patriarcal, aqueles que não se enquadravam em sua estrutura dúplice (em sua grande maioria os filhos ilegítimos renegados e os libertos, sobre os quais pesavam, de forma combinada, os conceitos de “ilegitimidade”, “mistura racial” e “ausência de status social”) ficavam, via de regra,

[...] excluídos da periferia do grupo familiar e eram incluídos aos elementos menos considerados da população, contribuindo para a formação da grande massa dos degradados socialmente, os vagabundos e elementos desordeiros, que constituíam grandes porções de nossa população no século XIX. Com a cessação das *bandeiras* e da corrida do ouro a massa dependente de homens livres desempregados, a maioria deles mestiços, foram gradualmente separados dos grupos que as mantinham - isto é, das famílias patriarcais às quais serviam como agregados - e tornavam-se um substrato social amorfo e anônimo [...] (CANDIDO, 1951, p. 302).

Nessa esfera “não-familiar”, “consequência dramática da economia latifundiária e da estrutura doméstica patriarcal”, seus integrantes, “rejeitados pelos grupos familiares e criados fora deles”, se “reproduziam a esmo e viviam sem normas regulares de conduta” (CANDIDO, 1951, p. 304). Abandonados à própria sorte, essa “massa dependente de homens livres desempregados”, viria a formar, nos séculos XIX e XX, as “classes baixas da nova sociedade” (CANDIDO, 1951, p. 305).

De acordo com Candido, desde as primeiras décadas do século XIX, impulsionada pelas intensas transformações sociais, econômicas e políticas advindas dos processos de urbanização, industrialização, proletarianização, imigração e aculturação, a estrutura familiar dúplice e sua mentalidade correlata começaram a esboçar, passando por uma “série ininterrupta” de modificações. Embora distinga, no decurso desse processo, diferenças regionais significativas, Candido constata, no conjunto, a diminuição da estrutura do grupo familiar e restrição de sua ação econômica e política, concentrando-se nas “funções mais específicas da família”: procriação e disciplina dos impulsos sexuais.

Com o esgarçamento da estrutura e modificação da mentalidade da família patriarcal brasileira, assinaladas por Candido na parte final do ensaio, destacam-se: a) o declínio da figura do pai como líder grupal e da irresoluta subordinação dos demais membros familiares aos seus desígnios; b) mudanças significativas nas formas de tratamento e padrões de interação entre os membros familiares, resultantes da abertura de novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e da maior igualdade de status por parte de homens e mulheres; c) as decisões sobre as escolhas conjugais passam da esfera familiar para a dos diretamente envolvidos; d) o aumento do número de desquites e de casamentos com desquitados; e) o enfraquecimento dos laços de parentesco e, conseqüentemente, o declínio da família extensa em favor do grupo conjugal (Idem, pp. 308-309); f) a presença de uma moralidade sexual permissiva ao adultério masculino e tolerante em relação à prostituição.

observando o familiar

Nos parágrafos iniciais de “The Brazilian Family”, Candido adverte que, embora pretenda oferecer “uma visão geral do problema”, em boa parte válida e extensiva às demais regiões do país, suas considerações se referem, sobretudo, à “área histórica de influência paulista” (CANDIDO, 1951, p. 291), donde provêm os exemplos fornecidos e a experiência pessoal do autor.

Com efeito, não faltava a Candido conhecimento sobre a composição interna e os padrões de conduta e valores morais predominantes, tampouco sobre as transformações que se operavam no interior das famílias extensas de tipo patriarcal. Descendente, pelo lado paterno, de setores tradicionais oligárquicos da região sudoeste do estado de Minas Gerais⁶, Candido passou seus primeiros

⁶ O que segue deriva tanto das memórias de Ana Luisa Escorel, filha primogênita de Candido, quanto materiais documentais e bibliográficos recolhidos nos municípios de Cássia (MG) e Passos (MG), assim como conversas com moradores e pesquisadores, visitados breve e intermitentemente entre março e agosto de 2013. Cf. ESCOREL (2010).

onze anos de vida em meio à numerosa parentela residente nos municípios de Santa Rita de Cássia [atualmente Cássia] (MG) e, em menor número, Passos (MG). Seu trisavô, Silvério José de Souza Mello (1780-1843), foi proprietário de terras e da Fazenda Pedra Branca na localidade da Freguesia de Santana das Lavras do Funil [atualmente Lavras] (MG). Por razões desconhecidas, alterou a ordem do sobrenome, casando-se em 1810 com Maria Inocência do Lago, com quem teve doze filhos, quatro homens e oito mulheres. Pela altura de 1844, quase toda a descendência dos Mello e Souza, por iniciativa de Jerônimo Pereira Mello e Souza (1814-1891), terceiro varão, migra para o então arraial de Passos (MG), possivelmente atraída, de um lado, pelo crescimento econômico provocado pela progressiva substituição das atividades de subsistência e da produção, em escala reduzida, de açúcar e seus derivados pela pecuária extensiva e, de outro, motivada pela fracassada tentativa de criação de uma Província Independente, episódio que ficou conhecido, na história de Minas Gerais, como “Revolução de 1842” e que envolveu principalmente as Vilas de Campanha, Lavras e adjacências⁷.

Na origem de Passos (GRILO, 1990; 1998 e 2012), encontra-se a faisqueira de Bonsucesso, que, com o esgotamento das reservas de ouro nas lavras circunvizinhas, já em fins do século XVIII, se adensa a partir da chegada de famílias adjacentes e de aventureiros e garimpeiros que se dispersaram pelo território, muitos deles passando a adquirir sesmarias ou se apossando de terras devolutas, para se concentrar em atividades agropastoris. Ao longo desse processo, que se prolonga pela primeira metade do século XIX, surgem as primeiras fazendas e, em seus arredores, roças e sítios do então arraial de Nosso Senhor dos Passos. Durante o Período Regencial, favorecidas por facilidades governamentais diante do clima de instabilidade política, afluem famílias prósperas das regiões adjacentes, com especial destaque para as de Candeias, São Bento do Tamanduá e Lavras do Funil. Num primeiro momento, convergiram para a região membros das famílias Lemos e Pimenta de Abreu, que, egressos de Candeias, adquiriram grandes propriedades de terras e contribuíram para a instalação de benfeitorias civis e religiosas na paragem – construção de nova capela (Capela Curata), cemitério e a requisição de instalação de um Juizado de Paz (1831). Poucos anos depois, uma nova leva de famílias de posses – dentre elas, os Mello e Souza, Caetano Machado

⁷ De acordo com Antonio Grilo, em estudo sobre a história político-administrativa da Câmara Municipal de Passos, “várias famílias se mudaram para a nossa Freguesia [Passos], motivadas por uma somatória de fatores: fugir das possíveis ‘devassas’ e inquéritos e encontrar alternativas econômicas melhores, salientando-se, neste caso, a atração que a fertilidade das terras ribeirinhas do Rio Grande exercia [...]. Dentre as famílias, destacam-se as de José Caetano Machado, a do futuro Barão de Passos, Jerônimo Pereira de Mello e Souza, e a de Urias Antonio da Silveira” (GRILO, 1998, p. 17).

e Silveira – aportou na localidade e se concentrou na criação e comercialização da pecuária bovina para o abastecimento da região de São Paulo e de Campinas e, principalmente, dos abatedouros da corte, em virtude da existência de vastas pastagens apropriadas para a engorda (ou invernada) do gado magro adquirido no “sertão dos goiases”. Com a alta lucratividade do negócio, o povoado eleva o curato à categoria de paróquia, com o título de Senhor Bom Jesus dos Passos, em 3 de abril de 1840, sendo elevada à categoria de vila em 9 de outubro de 1848. Em 7 de setembro de 1850, realizou-se a solenidade da instalação da vila, com a posse do seu primeiro governo municipal. Finalmente, em 14 de maio de 1858, a vila foi elevada à cidade e teve a sua denominação reduzida para Passos.

De temperamento industrioso e decidido, ex-tropeiro de produtos agrícolas em Lavras e Baependi⁸, comerciante com lojas de fazenda na freguesia de Carmo do Pouso Alto [atual Carmo de Minas], prestamista, senhor de terras e escravos, pecuarista e líder político destacado em Passos, Jerônimo Pereira amealhou uma considerável fortuna e prestígio social, exercendo influência na vida econômica e política da região. Casado com Bárbara Áurea Lopes (1822-1906), descendente de família de posses da região, teve com ela uma filha carnal e legítima, Maria Bárbara de Mello, assumindo ainda a tutela, quando da morte de seus pais, de quatro irmãs menores e a criação de outras três meninas (Maria Eufrosina, supostamente fruto de seu relacionamento com uma escrava; Emilia Ambrosina de Mello e Blandina Esmeraldina da Silveira). Com a instalação da Câmara Municipal de Passos, em 1850, é eleito e empossado vereador e secretário interino⁹. Em virtude de suas constantes atividades filantrópicas e doações financeiras para a construção de benfeitorias públicas e religiosas (entre outros, doação de sobradão para a fundação da Santa Casa de Misericórdia, construção da Igreja do Rosário), membros da Câmara pleitearam junto ao Governo Imperial o título nobiliárquico de Barão de Passos, comenda que lhe foi outorgada em 1871¹⁰.

⁸ Para uma descrição acurada das atividades desempenhadas pelo tropeiro, ver GOULART (1961).

⁹ Utilizo, nesse trecho, de informações estampadas nos seguintes artigos de Candido publicados no jornal *A vanguarda*, que circula em Cássia desde 1915: “Os barões da casa”; “Um benemérito”. Tal material, juntamente com outros artigos, foi compilado e reunido em publicação não-comercial por Flúvio Cassio de Mello e Souza, parente do autor. Cf. CANDIDO (2008).

¹⁰ Conforme Candido explica: “Oficialmente, os titulares formavam o nível mais alto da nobreza imperial. Mas sociologicamente, como diz o historiador mineiro João Camilo de Oliveira Torres, no livro *Democracia Coroada* (1957), era coisa diversa: uma espécie de elite selecionada com base no mérito ou na projeção, sem os traços próprios de nobreza. Com efeito, o título não dava qualquer prestígio, não era hereditário, não pressupunha bens materiais nem estava vinculado à posse da terra (o antigo feudo). Não sendo escolhido com base na origem social elevada, mas no valor pessoal ou no cunho representativo, os titulares podiam ser aristocráticos ou plebeus, brancos ou

Em 1850, em parceria com o irmão mais novo, João Candido de Mello e Souza (1820-1899), futuro Barão de Cambuí, o cunhado deste, Domingos Pimenta de Abreu, e seu amigo e compadre Manuel Pinto dos Reis, adquiriu glebas extensas no vale do Rio São João, a maior parte situada em território da que seria, a partir de 1866, a Freguesia de Santa Rita de Cássia, cujo povoamento efetivo data do decênio de 1840. Dessa extensa propriedade fundiária, foram desmembradas a Fazenda Cachoeira ou do Barão, administrada por Jerônimo Pereira de Mello e Souza (após 1971, passa a explorá-la indiretamente, ao regressar a Passos); a Fazenda Toco d'Óleo, por Francisco José de Mello e Souza (primogênito da família, figura apagada que não casou nem deixou herdeiros), a Fazenda da Prata, por João Candido de Mello e Souza e a Fazenda da Barra da Cachoeira, por Manoel Pinto dos Reis.

A primeira notícia a respeito da existência do interesse despertado pela região de Cássia, então conhecida por Sertão do Rio São João, data de 1755, registrada em documento oficial de auto de posse requerido à Cúria Metropolitana de São Paulo pelo sertanista paulista Pedro Franco Quaresma, em expedição pela paragem (AZEVEDO BARROS, 1990; ALVARENGA, 1994). Atraídos pela descoberta de ouro na região, aventureiros e bandeirantes formaram um núcleo de povoamento inicial, que deu origem a um pouso de tropeiros que interligava o atual sudoeste de Minas Gerais a São Paulo. Pouco a pouco, no local foram se abancando moradores fixos, aos quais se somaram, com o refluxo da mineração, um contingente populacional disperso (provindo, em especial, de Lavras, Perdões, São Tomé das Letras, São João Del Rey e Prados) que ali se arrancha e cultivava as primeiras roças de plantação e fazendas de criação de gado. No ano de 1844, fazendeiros assentados nas imediações – são eles: Manoel Lourenço da Cunha, José Diogo Carrijo da Cunha, Roque Portes Vieira e João Batista da Cunha - doaram 18 hectares de terras para a formação do patrimônio do futuro município. Em 1846, ocorre o levantamento de uma capela em homenagem a Santa Rita de Cássia (AZEVEDO BARROS, 1990).

mestiços, ricos ou pobres, legítimos ou ilegítimos, pertencendo aos mais diversos ramos da atividade, nos quais deveriam ter dado boa conta de si: comerciantes, professores, médicos, militares, políticos, fazendeiros, advogados, diplomatas, funcionários, etc. Na prática ocorriam (como em tudo na sociedade) desvios frequentes; mas o espírito que regia a distribuição dessas mercês era o de organizar uma elite com os mais expressivos de cada grupo ou profissão, como hoje a Rainha da Inglaterra confere títulos a atores, esportistas, líderes sindicais” (CANDIDO, 2008, p. 25). Em estudo célebre, Alcir Lenharo sustenta que tropeiros e comerciantes da região do Sul de Minas Gerais, monopolizando um fluxo de abastecimento contínuo de gêneros alimentícios de primeira necessidade para os mercados do Rio de Janeiro, articularam-se em nível regional e se projetaram no espaço político da Corte, após 1822. Cf. LENHARO (1979).

Em decorrência da disponibilidade de terras férteis apropriadas para a pecuária extensiva, fazendeiros e comerciantes de Passos interessaram-se pelo arraial que surgia. Segundo Azevedo Barros:

A partir de 1850, com a vinda de abastados fazendeiros, como Jerônimo Pereira de Mello e Souza (Barão de Passos), João Candido de Mello e Souza (Barão de Cambuí), Domingos Pimenta de Abreu, Manoel Pinto dos Reis e tantos mais que aqui adquiriram grandes latifúndios, Santa Rita iniciou uma caminhada para o desenvolvimento e riqueza. Estes foram os pioneiros na engorda do boi, desbravando matas para a formação de pastagens. Foram os construtores de abastadas sedes em suas fazendas, os que deram grande impulso na nossa cidade no século passado [...] Os invernistas, aqueles que invernavam, engordavam o boi, é que dominavam todos os negócios, os que faziam o dinheiro correr para o arraial. Tudo girava em torno dessa riqueza (AZEVEDO BARROS, 1990, pp. 20-21).

Em pouco tempo os efeitos da prosperidade econômica se fizeram sentir: o arraial elevou-se a distrito, com denominação de Santa Rita de Cássia, por meio da Lei Nº 720, de 16 de maio de 1855.¹¹ Onze anos depois se tornou freguesia, pela lei Nº 1271, de 2 de janeiro 1866. O decreto Nº 21, de 2 de fevereiro de 1890, elevou a freguesia a vila, criando o município, que se emancipa de Passos.

Seguindo de perto as iniciativas econômicas e as realizações políticas do irmão mais velho, João Candido de Mello e Souza começou a vida como tropeiro, passando a atuar como comerciante e político em Passos e, na sequência, tornou-se fazendeiro em Cássia, onde se dedicou à pecuária extensiva e ao fabrico do açúcar e seus derivados. Por volta de 1845, contraiu núpcias com Matilde Pimenta de Abreu (1827-1889), filha da extensa prole do Alferes João Pimenta de Abreu (1784-1864), uma das principais famílias de Passos, com quem teve dez filhos. Passando a residir em definitivo em Cássia a partir da edificação da sede da Fazenda da Prata (o que não o impediu, contudo, de continuar participante da vida política de Passos, onde presidiu a Câmara, em 1854 e 1876, e exerceu o mandato de vereador em 1875 e 1876), sob sua iniciativa, foram construídos, entre outros, uma nova igreja matriz da cidade (auxiliado, na empreitada, por Jerônimo Pereira de Mello e Souza) e o prédio da Cadeia Pública. Por seus serviços prestados, foi agraciado pelo Imperador D. Pedro II com o título de Barão de Cambuí.

Por volta de 1880, parte da propriedade fundiária onde se localizava a Fazenda da Prata, sede da família, foi repassada, por sua vez, a um dos seus filhos, Antônio Candido de Mello e Souza (1851 – 1921). Não fugindo à regra,

ele casou-se, em primeiras núpcias, com sua prima em primeiro grau, Blandina Esmeraldina da Silveira (1860 – 1891). Com ela, Antonio Candido teve dez filhos, sendo o sexto Aristides Cândido de Mello e Souza (1885-1942), pai do futuro crítico literário e sociólogo. Após a morte prematura da primeira esposa, o avô contrai novo matrimônio, do qual surgiram outros seis filhos.

A biografia de Aristides de Mello e Souza manifesta, com certa precisão, as transformações da organização familiar e seus valores correlatos, tal como indicados por Candido¹². Ao contrário dos demais irmãos, Aristides decidiu investir maciçamente em seus estudos, formando-se na prestigiosa Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Após a obtenção do diploma, entremeia temporadas de estudo na Europa, o trabalho em uma clínica em Araguari (MG) e curso de aperfeiçoamento no Instituto Manguinhos, tornando-se aluno de Carlos Chagas. Em 1916, ingressa, por concurso, no serviço público, na vaga de bacterologista do Departamento Nacional de Saúde Pública. Um ano depois, casa-se com Clarice de Carvalho Tolentino (1893- *), que conhecera na casa de Miguel Pereira, de quem era cunhada. Em 1928, aceita o convite de Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, Presidente do estado de Minas Gerais, para assumir a direção da implantação dos serviços termais, em fase de finalização, na cidade de Poços de Caldas (MG), onde passa a residir com a família¹³.

De acordo com os termos de sua contratação, em outubro de 1928 rumo para a Europa, para se familiarizar com as modernas técnicas terapêuticas na área, frequentando “serviços de reumatologia e fisioterapia” e visitando “estações balneárias da França, Alemanha, Checoslováquia e Itália, com um estágio de permeio em Berlim, para frequentar cursos e hospitais” (CANDIDO, 2008, p. 21). Assume em dezembro de 1929 o cargo, à frente do qual permanece até 1936, quando é destituído por determinação de Benedito Valadares, então governador: “A partir de então, voltou à clínica privada, até a doença que o atingiu em meados de 1941 e causou sua morte em 31 de março de 1942, na cidade de São Paulo, onde estava se tratando. Tinha 56 anos” (Idem, p. 22).

Em “The Brazilian Family” há dois trechos que remetem, textualmente, a membros da família de Candido. No primeiro, para ilustrar as distâncias rigidamente marcadas e as hierarquias internas ao núcleo da família patriarcal, o autor se serve de um trecho cerimonioso da correspondência entre o Barão de Cambuí e seu irmão mais moço, Luciano Candido de Mello e Souza. Eis a passagem: “Por volta de fim do século XIX um sexagenário escreveu a seu irmão

¹² As informações sobre a biografia de Aristides de Mello e Souza foram extraídas de CANDIDO (2008) e ESCOREL (2010).

¹³ Sobre a instalação da estação balneária de Poços de Caldas, ver MARRAS (2004).

mais velho: Vossa Excelência, Barão de C. e meu caro irmão; Eu escrevo esta a Vossa Excelência, etc.” (CANDIDO, 1951, p. 295).

No segundo, para indicar o papel ativo das mulheres no Brasil imperial, Candido menciona o caso da matriarca da família de sua mãe, Josefa Roquete Carneiro de Mendonça Franco, sua trisavó materna, que se envolveu e tornou-se uma liderança da Revolução Liberal de 1842, sendo presa, algemada e processada: “Mesmo na história política do país, há vários exemplos das mães de famílias com fortes habilidades de liderança, como, por exemplo, Dona Josefa Carneiro de Mendonça, uma das líderes da Revolução Liberal de 1842 em Minas Gerais” (CANDIDO, 1951, p. 296).

O caipira paulista e sua estrutura familiar

Em *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação do seu meio de vida (1964), Candido enfoca justamente o modo de existência, para repetir os seus termos, da “massa dependente de homens livres desempregados”. Nesse sentido, não me parece equivocada afirmar que “The Brazilian Family” constitui uma espécie de preâmbulo sociológico à tese, instaurando uma linha de continuidade entre ambos.

Principal contribuição de Candido em sua área de formação acadêmica de origem, *Os parceiros do Rio Bonito* dedica-se ao estudo da obtenção dos meios de vida e as formas correspondentes de sociabilidade dos caipiras paulistas, a partir de pesquisa de campo realizada em terras da Fazenda Bela Aliança, situada na área rural do município de Bofete (SP)¹⁴. Em sua primeira parte, o estudo se volta à reconstituição histórica das condições de vida caipira tradicional a partir de informações extraídas de compilações de documentos primários, escritos de viajantes e cronistas, estudiosos do assunto e depoimentos de “velhos caipiras de lugares isolados”.

Em virtude de decisão de restringir seus comentários, na primeira parte da tese, aos “aspectos referentes à obtenção dos meios de vida” e às “formas de vida social que permitem aos agrupamentos rústicos a sobrevivência enquanto grupo”, deixando de lado a análise do “sentido” e o delineamento do “panorama geral” da “expansão geográfica dos paulistas nos séculos XVI, XVII e XVIII”, não se pode encontrar senão apontamentos e indicações sumárias relevantes para a compreensão das determinações histórico-sociais subjacentes à formação da cultura tradicional caipira, as quais remontam, uma vez mais, ao ensaio “The Brazilian Family”.

De acordo com Candido, com o refluxo das atividades mineradoras, em fins do século XVIII, a massa de homens livres pobres que gravitavam nas franjas periféricas da família patriarcal começa a se desprender dos grupos que a mantém, formando um estrato social anônimo que se sedentarizou, abrandou os costumes e se fixou em agrupamentos rurais – dando origem a uma “variedade subcultural do tronco português que se pode chamar de cultura caipira” (CANDIDO, 2010, p. 43).

Conicionados pelo intenso e incessante fenômeno de mobilidade promovido pelos bandeirantes, os princípios organizatórios da vida social e da cultura desse contingente populacional cristalizaram-se em torno de unidades de povoamento razoavelmente estáveis e relativamente dispersas – os chamados bairros rurais –, nos quais imperaram a adaptação humana às restrições e recursos ambientais (por meio, sobretudo, da incorporação de conhecimentos e técnicas de grupos indígenas que povoavam a região), a prevalência da pequena propriedade e do sistema econômico fechado e voltado quase exclusivamente à subsistência, a centralidade das relações familiares e do parentesco (efetivo ou simbólico) e a importância integrativa das formas espontâneas de auxílio vicinal e das atividades lúdico-religiosas. Como unidade por excelência das formas elementares da sociabilidade caipira, o bairro rural definia seus limites a partir de um agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas não pela proximidade territorial, mas pelo sentimento de localidade periodicamente reafirmado por práticas de auxílio mútuo em atividades de lavoura e da indústria doméstica e pela participação e compromisso com os festejos religiosos e lúdicos locais – dentre os quais se destacam as festas de padroeiros e as manifestações culturais tradicionais – em particular o cururu, objeto inicial de sua pesquisa¹⁵.

Em *A vida familiar do caipira* (1954), tese subsidiária apresentada pelo autor para a obtenção do título de doutorado, ao destrinchar os padrões de comportamento e os valores morais característicos que definem a “família caipira”, Candido declara que a expressão indica “uma modalidade de organização familiar que entronca diretamente no tipo chamado patriarcal, desenvolvida no Brasil nos tempos da Colônia” e reivindica a ocorrência de

[...] padrões [que] são essencialmente os mesmos registrados por viajantes e estudiosos para a família patriarcal, variando naturalmente conforme o papel que desempenham no processo de produção, pois ele condiciona formas diferentes de participação cultural. Num e noutro caso, com efeito, a família desempenha função econômica importante; mas a organização

¹⁵ Sobre a tese interrompida, cf. JACKSON; SANTOS; GIMENEZ (2019).

do trabalho, a distribuição dos bens e o papel na vida política variam sensivelmente de um para outro (CANDIDO, [1954] 2001, p. 288).

Embora certas práticas culturais estivessem desgastadas ou em vias de tornarem-se obsoletas à época da condução da pesquisa de campo, por força das transformações desencadeadas pelos processos mais gerais de urbanização e êxodo rural, Candido identifica a preeminência da família nuclear, além da importância das obrigações recíprocas garantidas pelo compadresco (a “afinidade espiritual dos compadres”) e do compadrio (a sua contraparte efetiva). A parte final do ensaio chega a conclusões semelhantes àquelas registradas em “The Brazilian family”: o progressivo processo de modernização das relações no campo provoca o declínio da autoridade paterna; a substituição de critérios familiares pelos de ordem pessoal na escolha do cônjuge, ainda que a anuência paterna seja decisiva, sobretudo para as mulheres; o enfraquecimento dos laços de compadrio, “sistema dantes bem travado de obrigações recíprocas, e agora muito menos eficiente e impositivo, embora ainda constitua traço de união entre os indivíduos” (CANDIDO, [1954] 2001, p. 294).

malandragem, família extensa e descentralização político-administrativa

A publicação de *Os parceiros do Rio Bonito* somente viria a ocorrer quase uma década depois de sua defesa. Quando o volume finalmente veio a lume, Candido já se encontrava à frente do curso de Teoria Literária e Literatura Comparada, após um curto período passado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis do Instituto Isolado de Ensino Superior do Governo do Estado de São Paulo (atualmente integrado à UNESP), onde realizou a sua transição das ciências sociais para os estudos literários (RAMASSOTE, 2010b). Não obstante a migração de área disciplinar tenha provocado uma inflexão pronunciada em sua carreira acadêmica, do ponto de vista intelectual, conforme venho indicando, é possível rastrear uma certa continuidade de assuntos e questões de fundo responsável pela articulação interna do conjunto de sua produção intelectual. À maneira de vasos comunicantes, se avaliarmos com atenção, as proposições e princípios gerais do panorama traçado em “The Brazilian family” reaparecem em “Dialética da malandragem”, seu célebre estudo sobre o romance *Memórias de um sargento de milícias* (1855), de Manuel Antonio de Almeida.

Vindo a lume em 1970, na *Revista do Instituto Estudos Brasileiros* (IEB) “Dialética da malandragem” representou, entre outras, o amadurecimento - “depois de muitos tateios e tendo já quarenta anos” (JACKSON, 2002, p.129) - de um

esforço analítico perseguido ao longo da carreira profissional de Candido como crítico, ao consolidar uma equação sofisticada entre expressão literária e contexto social¹⁶. Desde o surgimento de “Estrutura e função do Caramuru” (1961), a ambição de Candido havia se voltado para a formulação das diretrizes de uma abordagem que levasse “em conta a dimensão da sociedade sem fazer crítica sociológica, mostrando efetivamente (não apenas postulando teoricamente) a sublimação dos dados sociais e psicológicos em estrutura estética” (JACKSON, 2002, p. 129).

O objetivo central de “Dialética da malandragem” é caracterizar a singularidade do romance de Manuel Antonio de Almeida no contexto literário de seu tempo, centrando-se em duas questões principais: reavaliar a suposta subordinação do romance à novela picaresca espanhola e definir a modalidade de realismo literário que o informa. Retomando, de saída, as consagradas interpretações precedentes a respeito da linhagem picaresca a que se entroncaria o romance, dentre as quais sobressaem as de José Veríssimo, Mário de Andrade e Josué Montello, Candido pondera que um “cotejo objetivo” dos principais atributos de Leonardo Pataca, protagonista do romance, com as “do típico herói ou anti-herói picaresco, minuciosamente levantadas por [Frank] Chandler na sua obra sobre o assunto”, revela, a rigor, diferenças substantivas tanto no tocante à origem e experiência social vivenciada pelo personagem, como em relação ao foco narrativo do romance. Com isso, em lugar do pícaro, Pataca encarnaria

[...] o primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira, vindo de uma tradição quase folclórica e correspondendo, mais do que se costuma dizer, a certa atmosfera cômica e popularesca de seu tempo, no Brasil [...] (CANDIDO, 1993, p. 27).

Desfeito o equívoco, Candido passa a considerar a concepção de realismo que qualifica, de modo mais adequado, o romance. Para Candido, o universo ficcional retratado pelo escritor carioca não deve ser considerado uma “reprodução fiel da sociedade em que a ação se desenvolve”; ao contrário, a “eficiência e durabilidade” do romance de Manuel Antonio de Almeida não se prendem à dimensão documentária, mas antes à sua capacidade de captar - de modo representativo - os princípios constitutivos da dinâmica de funcionamento

¹⁶ A prolongada e intermitente redação de “Dialética da malandragem” remonta ao curso de graduação “O romance romântico brasileiro: Manuel Antonio de Almeida e Alencar”, oferecido por Candido, como “matéria completa” da Cadeira de Literatura Brasileira do bacharelado em Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, em 1960. Sua concepção, portanto, não se afasta em demasia, do ponto de vista cronológico, dos estudos sociológicos elaborados por Candido aqui analisados. Cf. RAMASSOTE (2010b).

que regia a sociedade joanina de então. Por meio de um processo de redução estrutural - ou formalização estética -, que transfigura no plano da composição ficcional os contornos de circunstâncias de ordem social vigentes no país naquele período, “profundamente significativas como modos de existência” (CANDIDO, 1993, p.36), o romancista fluminense soube surpreender o balanceio caprichoso da “dialética da ordem e desordem, que manifesta concretamente as relações humanas no plano do livro, do qual forma o sistema de referência” (Idem, ibidem). E assim chegamos ao ponto que me interessa discutir: que modelo contextual orientou a leitura de *Candido*, permitindo-lhe desvelar a realidade historicamente localizada que subjaz à estrutura do romance? A meu juízo, *Candido* se vale de seus conhecimentos e reflexões a respeito dos padrões de comportamento e valores morais dos homens livres pobres no país, assim como de seu diagnóstico sobre a fragilidade e pouca efetividade do aparato político-administrativo, como recursos para acessar as balizas que travejam a organização interna do livro.

Assim é que na análise do romance, o crítico constata que o entrecho das *Memórias de um Sargento de Milícias* se restringe às descrições das ações de “um tipo de gente livre e modesta, que hoje chamaríamos pequena burguesia” (CANDIDO, 1993, p. 31), justamente “os homens livres pobres” já assentados no meio urbano carioca do começo do século XIX. No interior dessa camada social, cuja existência precária favorecia o predomínio de “formas espontâneas de sociabilidade”, sobressaíam a ordem familiar e os laços de solidariedade e dependência entre parentes. Aos “poucos livres [que] trabalhavam” e “outros [que] flauteavam ao Deus dará” não restavam alternativas que não fossem colher “as sobras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo” (CANDIDO, 1993, p. 45). De acordo com *Candido*:

Na limpidez transparente do seu universo sem culpa, entrevemos o contorno de uma terra sem males definitivos ou irremediáveis, regida por uma encantadora neutralidade moral. Lá não se trabalha, não se passa necessidade, tudo se remedia. Na sociedade parasitária e indolente, que era a dos homens livres do Brasil de então, haveria muito disto, graças à brutalidade do trabalho escravo, que o autor elide junto com outras formas de violência (CANDIDO, 1993, p. 54).

Daí a diferença crucial do protagonista com a tradição picaresca espanhola, na qual o pícaro assume, via de regra, a condição de escravo. Ao contrário deste, e apesar da origem humilde, Leonardo Filho não tem necessidade de ganhar a vida, por ser “abrigado da adversidade material” pelo Padrinho, que inclusive se ofende “quando a Madrinha sugere que lhe mande ensinar um ofício manual” (CANDIDO, 1993, p. 23).

Amparado pelas relações de compadrio, que lhe garantem provisão material, proteção e apoio sociais, Leonardo Filho recorre, sempre que necessário, às obrigações contraídas por seus “pais espirituais” para se socorrer em suas desventuras e contratempos. Nessa perspectiva, o gráfico que ilustra as “relações e pressões” diretamente envolvidas com Leonardo, presente na primeira impressão do ensaio¹⁷ e destinado a rastrear o cabo-de-força existencial que arrasta o protagonista do romance, de forma continuada, para os hemisférios positivo da ordem e negativo da desordem, permite também identificar a extensão e a capilaridade das relações familiares, envolvendo deveres e obrigações mútuas.

De modo análogo, os fatores sociopolíticos responsáveis pela vigência da “dialética da ordem e desordem” podem ser reencontrados em “The Brazilian Family”. Para avançar nessa questão, gostaria de recuperar certas afirmações de Mariza Corrêa contidas no contundente ensaio “Repensando a família patriarcal brasileira” (1994). Com o objetivo de relativizar a primazia e o exclusivismo conferidos, entre os principais estudos sobre a família no Brasil, ao modelo ideal dominante da “família patriarcal”, apesar da extensa variedade - e mesmo predomínio - de formas de organização alternativas, a autora, na tentativa de “sugerir a existência de um panorama mais rico”, reavalia, criticamente, os pressupostos infusos no retrato delineado pelos “textos principais da literatura sobre família no Brasil” (CORRÊA, 1994, p. 18).

Em decorrência, seleciona para uma “cuidadosa análise ‘interna’”, as obras de Gilberto Freyre, “especialmente *Casa-Grande & Senzala* (1933) e o ensaio (ainda clássico) de Antonio Candido, ‘The Brazilian Family’ (1951)” (CORRÊA, 1994, p. 18). Em sua opinião, ambos compartilham da “ilusão” de que “o estudo da forma de organização familiar do modelo dominante numa determinada época ou lugar, possa substituir-se à história das formas de organização familiar da sociedade brasileira” (CORRÊA, 1994, p. 19). De acordo com Corrêa, a clivagem aceita por Candido entre o “núcleo familiar onde imperava o patriarca e uma massa anônima totalmente entregue ao reino da natureza, sem qualquer norma cultural a regê-la”, convalida a ideia de que a “sociedade colonial brasileira pudesse ser equiparada a uma ‘sociedade primitiva’, sem Estado [...]” (CORRÊA, 1994, p.25)¹⁸. Daí a possibilidade de se inferir que, para ele, os habitantes do Brasil colonial “que não viviam dentro ou em volta da casa grande”

¹⁷ O gráfico que originalmente acompanhava o ensaio foi suprimido em sua publicação em livro.

¹⁸ É oportuno lembrar, contudo, que Candido, embora circunscreva sua análise à família patriarcal, não deixa de reconhecer a existência de adaptações e do surgimento de modelos familiares “semipatriarcais”.

estariam sujeitos à “inexistência de qualquer tipo de norma de comportamento [...]” (CORRÊA, 1994, p.25).¹⁹

Como vimos, Candido sustenta, ainda que não explicitamente, em “The Brazilian Family” a fragilidade da implantação do aparelho estatal no país no decorrer do período colonial, suplantado pelo poderio conquistado pela família patriarcal e pelos grandes domínios rurais: coube a estes a “fundação de toda organização econômica, política e social”, pedra angular sobre a qual se assentaram as “bases de nossa civilização”: “pode-se dizer que sociedade colonial estava dividida em duas partes: a familiar e a não-familiar” (CANDIDO, 1951, p. 304).

Ora, a alternância displicente e tolerante entre o terreno do lícito e do ilícito somente seria possível no universo social retratado pelo romance *Memórias de um sargento de milícias* em razão da frouxidão dos mecanismos repressivos encarregados do cumprimento da lei e da aplicação das punições. Nessa direção, a imagem do Major Vidigal surpreendido de uniforme e tamancos quando da visita inesperada de Maria Regalada, a Comadre e Dona Maria à sua casa, bem como os motivos que o levaram a perdoar Leonardo Filho, condensariam não apenas o ziguezague entre os polos da ordem e da desordem, mas sobretudo a fragilidade do poder público no país, incapaz de garantir sua autoridade em meio ao uma “organização [social] bruxuleante fissurada pela anomia” (CANDIDO, 1993, p. 45), que caracterizaria a sociabilidade própria dos homens livres pobres. Encarnação da ordem, “manifestação de uma consciência exterior, única prevista no seu universo” (CANDIDO, 1993, p. 41), “única força reguladora de um mundo solto” (CANDIDO, 1993, p.42), o “relativo fair play” de Vidigal expressaria, de forma inequívoca, a tibieza político-administrativa característica do país, “mundo apenas entrevisto durante a narrativa” (CANDIDO, 1993, p. 41). Daí o romance retratar

[...] a vasta acomodação geral que dissolve os extremos, tira o significado da lei e da ordem, manifesta a penetração recíproca dos grupos, das ideias, das atitudes mais díspares, criando uma espécie de terra-de-ninguém moral, onde a transgressão é apenas um matiz na gama que vem da norma e vai ao crime (CANDIDO, 1993, p. 51).

¹⁹ Em entrevista a Jackson, Candido admite que “Mariza Corrêa diz com razão que eu trato da sociedade brasileira como se não houvesse Estado, só família [...] Mas o Estado era forte e eu exagero demais a importância da família. Chego a dizer que o Brasil pode ser dividido em família e não-família” (CANDIDO *apud* JACKSON, 2002, p.166).

a sagrada família

Em que pese o seu quase esquecimento, “The Brazilian family” oferece pistas sugestivas para se dimensionar com maior amplitude as correlações entre experiência social, produção sociológica e estudos literários no conjunto da extensa e multifacetada produção intelectual de Candido. Resta, para concluirmos, uma ponderação final sobre a relevância e atualidade do ensaio no debate das ciências sociais contemporânea sobre a família brasileira. Como lidar com um texto em alguns aspectos ultrapassado? Como recuperá-lo de modo produtivo para a discussão contemporânea sobre o assunto?

Com a progressiva diferenciação e especialização disciplinar pelas quais as ciências sociais passaram no Brasil, sobretudo a partir da década de 1970 (MICELI, 2001; PEIRANO, 1991; CORRÊA, 2015), os estudos sobre a família brasileira adquiriam maior circunscrição local e delimitação empírica. Em lugar de grandes sínteses interpretativas, repontaram estudos monográficos sobre a experiência sociocultural familiar de setores específicos da sociedade brasileira²⁰. Se é verdade que boa parte das afirmações sobre a família patriarcal extensa contidas em “The Brazilian Family” envelheceram, é igualmente correto afirmar que o estudo de Candido espreitou certas tendências em curso que foram esmiuçadas pela produção vindoura. A progressiva individualização, a centralidade da família conjugal, a relação ambígua com a moralidade sexual, para citar apenas alguns, foram retomados em estudos posteriores.

É de se ponderar, ainda, que a profusão de estudos sobre a família nas camadas médias SALEM (1985) e nas classes populares²¹ redundou em uma escassez de estudos sobre a estrutura familiar em setores da elite ou classe dominante brasileira. Se, como assumem DAMATTA (1987) e ALMEIDA (1987), o modelo da família patriarcal permanece vigendo como um paradigma para as representações sociais sobre a família no Brasil, a atualidade de “The Brazilian Family” torna-se evidente, sendo possível tomá-lo como um ponto de referência para novas contribuições e investidas. Afinal, Candido indica no texto o profundo enraizamento do modelo da família patriarcal na “consciência coletiva” da nação, em especial nos “valores e sistema ideológico” (CANDIDO, 1951, p. 306), não obstante as forças e fatores transformadores que irrompem a partir do século XIX.

²⁰ Para balanços das pesquisas antropológicas sobre a família no Brasil, ver FUKUI (1980); FONSECA (2018).

²¹ Entre outros, ver BILAC (1978); MACEDO (1985); DURHAM (2004); SARTI (2011).

Longe, portanto, de ser uma peça datada d’antanho, que remete aos primórdios da consolidação das ciências sociais no Brasil, “The Brazilian Family” ainda oferece aos seus leitores e pesquisadores subsídios para se refletir sobre a importância da família patriarcal na cristalização de princípios atuantes no universo mental e no interior das relações sociais no Brasil.

referências bibliográficas

ALMEIDA, Angela Mendes de. “Notas sobre a família no Brasil”. ALMEIDA, Angela Mendes de [et al]. *Pensando a família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987, p. 53-66.

ALVARENGA, Neiva Maria. *Cássia, minha terra*. Trabalho apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Especialização “Iatu Sensu” em Geografia pela Universidade de Franca. Franca, 1994.

AZEVEDO BARROS, Raul de. *Anotações à história antiga de Cássia*. Cássia, Edição do Autor, 1990.

BILAC, Elisabete Dória. *Família de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Símbolo, 1978.

CANDIDO, Antonio. “The Brazilian Family”. In: LYNN SMITH, T.; MARCHANT, Alexander. (Edited by). *Brazil: portrait of half a continent*. New York: The Dryden Press, Inc., 1951, p.291-312.

CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1993, p. 19-54.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2010.

CANDIDO, Antonio. “A vida familiar do caipira”. In: CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001, p. 263-293.

CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. GRILLO, Antonio. *Beco do Grilo*. Passos, Edifesp/ Gazeta de Passos, 2003, p.2-10.

CANDIDO, Antonio. “Ressonâncias”. In: CANDIDO, Antonio. *O Albatroz e o Chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p.43-51.

CANDIDO, Antonio. *Artigos de autoria de Antonio Candido* (Extraídos dos textos publicados pela “A Vanguarda”, jornal editado em Cássia, Sul de Minas), 2008.

CORRÊA, Mariza. “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”. ARANTES, A. Augusto et alii (Org.). *Colcha de Retalhos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994, p.15-42.

CORRÊA, Mariza. *Traficantes do simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2013.

DAMATTA, Roberto. “A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira”. ALMEIDA, Angela Mendes [et al]. *Pensando a família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987, p. 115-136.

DURHAM, Eunice. “A família operária: consciência e ideologia”. In: _____. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac e Naif, 2004.

ESCOREL, Ana Luisa. *O pai, a mãe e a filha*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

FONSECA, Cláudia. “Família e parentesco na Antropologia Brasileira Contemporânea”. MARTINS, Carlos Benedito; DIAS DUARTE, Luiz Fernando. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2018, 123-154.

FUKUI, Lia F. G. “Estudos e pesquisas sobre a família no Brasil”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (10), 1980, p.13-23.

GOULART, João Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GRILO, Antonio. Theodoro. *História social de Passos*. Passos: Prefeitura Municipal de Passos – Edição Didática, 1990.

GRILO, Antonio. *Câmara de Passos: 150 anos*. Passos: Edição Oficial Comemorativa do Sesquicentenário de Passos – Minas Gerais, 1998.

GRILO, Antonio. *Tocata no fórum: violência e modernidade*. Bauru, SP, Edusc, 2012.

JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

JACKSON, Luiz Carlos; SANTOS, William Santana; GIMENES, Max Luiz. “Roger Bastide, Antonio Candido e a tese interrompida sobre o cururu”. *Estudos Históricos*. V.32, n.67, História das Ciências Humanas e Sociais, 2019, p.368-388.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MACEDO, Cármen Cinira. *A reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário*. São Paulo: Editora Vértice, 1985.

MARRAS, Stélio. *A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrência de uma estação balneária no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2004.

MICELI, Sergio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. 2ª Edição. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. “A sociologia clandestina de Antonio Candido”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 20, nº 1, 2008, p. 219-237.

RAMASSOTE, Rodrigo. “A formação dos desconfiados: Antonio Candido e crítica literária acadêmica (1961-1970)”. *Cadernos de Campo*. São Paulo, vol. 19, n. 19, jan.-dez./2010a, p.13-34.

RAMASSOTE, Rodrigo. “Antonio Candido em Assis e depois”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*. São Paulo, vol. 50, set./mar., 2010b, p.103-128.

RAMASSOTE, Rodrigo. *A vida social das formas literárias: crítica literária e ciências sociais no pensamento de Antonio Candido*. Doutorado. IFCH-Unicamp, 2013, 291 pp.

PÁDUA, Karla Cunha. *De “troca-tapa” a cidadãos: construção de uma identidade coletiva entre os moradores da Vila Dr. Gaspar durante o processo de integração urbana*. Mestrado, FAE-UFMG, Belo Horizonte, Brasil, 1988. 456pp.

PEIRANO, Mariza. G. S. *The Anthropology of anthropology: the Brazilian case*. Massachusetts, Harvard University. Tese de doutorado. Série Antropológica, Vol. 110. Brasília, 1991, p.1-174.

PONTES, Heloisa. *Destinos Mistos. Os críticos do Grupo Clima em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALEM, Tânia. “Família em camadas médias: uma revisão da literatura recente”. *BIB*, Rio de Janeiro, nº21, 1986, p. 25-39.

RÊGO, André Heráclio do. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa Editora, 2008, p.13.

SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo da moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2011.